



CONSELHO GERAL

LINHAS ORIENTADORAS DO PLANEAMENTO E EXECUÇÃO, PELA DIRETORA, DAS ATIVIDADES NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR PARA 2015

O regime jurídico dos apoios concedidos pelo Estado no âmbito da ação social escolar está estabelecido no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março. A atribuição, partilhada pelos municípios e administração central, e o funcionamento das modalidades de apoio previstas, *“regem-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social, no sentido de assegurar o exercício efetivo do direito ao ensino e a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”*¹ e têm como objetivos *“a prevenção da exclusão social e do abandono escolar e a promoção do sucesso escolar e educativo, de modo que todos cumpram a escolaridade obrigatória e tenham a possibilidade de concluir com sucesso o ensino secundário, em qualquer das suas modalidades.”*²

O Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho, atribui ao Conselho Geral a competência de definir as linhas orientadoras do planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar.

Assim, nos termos da legislação em vigor, e em conformidade com os princípios e objetivos indicados, o Conselho Geral considera que no planeamento e execução das atividades no domínio da ação social escolar, a Diretora do Agrupamento deve ter em conta as seguintes linhas de orientação:

1. APOIOS ALIMENTARES

- 1.1. Assegurar a todos os alunos do Agrupamento (mesmo que não tenham atividades num dos turnos) o acesso diário às refeições fornecidas, nos termos da legislação em vigor.

¹ (cf. Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março)

² (cf. Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março)

- 1.2. Assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades da população escolar, garantindo o cumprimento dos princípios dietéticos de qualidade e variedade a que devem obedecer as refeições servidas nos refeitórios escolares, em conformidade com a legislação em vigor.
- 1.3. Diversificar a oferta alimentar do bar escolar, tendo em conta a necessária adequação às exigências da saúde alimentar e nutricional da população escolar, aplicando critérios para a seleção de produtos a comercializar e um regime de preços com vista à adoção de hábitos alimentares saudáveis.
- 1.4. Promover o consumo de fruta, leite e seus derivados junto de todos os alunos do Agrupamento, mediante a sua venda sem fins lucrativos.
- 1.5. Garantir o fornecimento de suplemento alimentar a todos os alunos com dificuldades económicas, desenvolvendo um plano de rastreio de alterações do rendimento familiar e de situações de carência económica. Deverão ser direcionadas para este objetivo as verbas decorrentes dos lucros de gestão dos serviços de bar e de papelaria.
- 1.6. Promover um plano de ações no âmbito da saúde e higiene alimentar, incentivando o desenvolvimento de atividades escolares que impliquem a participação ativa dos alunos.
- 1.7. Assegurar a monitorização do funcionamento dos refeitórios e bares escolares, por iniciativa própria e/ou em colaboração com as entidades competentes na área da higiene e segurança alimentar, desenvolvendo as diligências necessárias para a correção das anomalias detetadas.
- 1.8. Promover um plano de medição do grau de satisfação da comunidade escolar e/ou das famílias relativamente ao funcionamento dos refeitórios e dos bares escolares e efetuar as diligências necessárias para a correção das anomalias identificadas.
- 1.9. Garantir a afixação antecipada das ementas nos refeitórios, preferencialmente na semana anterior, e em locais de fácil acesso aos alunos, encarregados de educação, pessoal docente e não docente, utilizando também a página Web do Agrupamento.

2. AUXÍLIOS ECONÓMICOS

2.1. Refeições escolares

- i. Assegurar o acesso às refeições escolares em condições de gratuidade a todos os alunos do Agrupamento posicionados no escalão A.
- ii. Assegurar o acesso às refeições escolares em condições de comparticipação em 50%, a todos os alunos do Agrupamento posicionados no escalão B.
- iii. Apelar ao controlo dos pais e encarregados de educação, comunicando-lhes a situação de refeições marcadas e não consumidas pelos seus educandos, visando a sua responsabilização de forma efetiva.

- iv. No 2º e 3º ciclo, garantir a monitorização, por amostragem ou outra metodologia considerada eficaz, da adesão dos alunos às refeições escolares, de forma a diminuir os desequilíbrios entre o número de refeições requisitadas e as consumidas.
- v. Penalizar os alunos faltosos com a comparticipação no custo das refeições na quantidade de dias a definir pela Diretora, quando o número de refeições marcadas e não consumidas por aluno for superior a três.
- vi. Dar conhecimento aos encarregados de educação da medida referida na alínea anterior, mediante assinatura, no ato da matrícula, do documento que se anexa.

2.2. Manuais e materiais escolares

- i. Proporcionar a cedência de livros e materiais escolares de aquisição obrigatória às crianças e aos alunos pertencentes a famílias carenciadas, dando cumprimento às comparticipações previstas na legislação em vigor.
- ii. Garantir o acesso gratuito a manuais e materiais escolares de aquisição obrigatória às crianças e aos alunos pertencentes a famílias com elevadas carências económicas, quando se encontre esgotada a comparticipação legalmente atribuída ou se verifique não preencherem os requisitos de acesso previstos na legislação, mediante utilização das verbas decorrentes de proveitos de gestão dos serviços de bar e papelaria.
- iii. Fomentar a reutilização e a reciclagem de livros e material escolar, responsabilizando os alunos pelo uso de livros e materiais escolares cedidos, tendo em conta a sua possível reutilização e reciclagem.
- iv. Desenvolver uma campanha de sensibilização dos alunos e encarregados de educação para a reutilização dos seus livros e materiais escolares por doação.

2.3. Atividades de complemento curricular

- Desenvolver uma política de apoio à participação dos alunos pertencentes a famílias de baixos recursos económicos nas visitas de estudo organizadas no âmbito do Plano Anual de Atividades, de modo a garantir a todos a possibilidade de participação nas mesmas.

2.4. Ações complementares

- Aplicar eventuais lucros de gestão dos serviços de bar e papelaria, bem como outras verbas disponíveis, nas seguintes medidas dirigidas a alunos de menores recursos económicos:

- i. Criação e gestão de uma bolsa de manuais escolares destinados a empréstimo, em termos a definir no Regulamento Interno do Agrupamento.
- ii. Aquisição de material escolar a distribuir gratuitamente.

3. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

- 3.1. Assegurar a comparticipação da responsabilidade do município ou do Ministério da Educação e Ciência às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais;
- 3.2. Disponibilizar os recursos humanos e materiais necessários e adequados às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais, promovendo a sua plena integração escolar.

4. BOLSAS DE MÉRITO

- 4.1. De acordo com o estipulado na legislação em vigor, atribuir Bolsas de Mérito aos alunos do ensino secundário que, cumulativamente, beneficiem dos auxílios económicos concedidos no âmbito da Ação Social Escolar.
- 4.2. Criar mecanismos que permitam a identificação de possíveis beneficiários e desenvolver ações de informação e sensibilização junto dos alunos, visando motivar para a aprendizagem e estimular a melhoria dos resultados escolares e o prosseguimento de estudos.
- 4.3. Envolver as famílias, responsabilizando os encarregados de educação na consecução dos objetivos referidos.
- 4.4. Publicitar junto da comunidade educativa a lista dos alunos premiados.

5. TRANSPORTES ESCOLARES

- 5.1. Assegurar a todos os alunos do Agrupamento o acesso ao transporte escolar de acordo com as suas necessidades e nos termos da legislação em vigor.
- 5.2. Cooperar com as estruturas municipais na organização e controlo do funcionamento dos transportes, garantindo a qualidade e a segurança do serviço prestado a todas as escolas do Agrupamento.

6. PREVENÇÃO E SEGURO ESCOLAR

- 6.1. Implementar medidas adequadas no campo da segurança e prevenção de acidentes durante as atividades escolares, de acordo com o previsto na legislação em vigor, e assegurar o seu cumprimento.
- 6.2. Desenvolver, com o apoio da Escola de Sargentos do Exército, um plano de emergência interno para a promoção da segurança e prevenção de acidentes.

7. APOIO ÀS FAMÍLIAS

Sinalizar agregados familiares que apresentem disfuncionalidade e desestruturação familiar suscetíveis de pôr em perigo os superiores interesses das crianças e dos alunos, junto das entidades com competências adequadas no âmbito da ação social e proteção, nomeadamente a Comissão de Proteção Crianças e Jovens (CPCJ) e a Segurança Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende o Conselho Geral que no planeamento e execução das atividades de ação social escolar, a Diretora do Agrupamento deve orientar-se pela exigência de adequação e resposta efetiva às reais necessidades dos alunos, tendo em conta o atual contexto de crise económica e financeira e o seu impacto nas famílias portuguesas. Recomenda-se, por isso, o desenvolvimento das medidas necessárias para a identificação de situações de alteração do rendimento familiar e de novos casos de carência económica.

Aprovado pelo Conselho Geral em reunião de 5 de fevereiro de 2015

A presidente do Conselho Geral,

Maria Manuela Silveira Silva